



MACÁRIO BATISTA

POLÍTICA

Agosto, desgosto

Na mitologia política, agosto não costuma trazer boas notícias. Foi nesse mês que Getúlio Vargas se suicidou, em 1954; Jânio Quadros renunciou, em 1961; Juscelino Kubitschek morreu, em um acidente de carro, em 1976; e Eduardo Campos, em um acidente de avião, em 2014. O agosto de 2016 chega com uma dança das cadeiras que envolve o processo de cassação de Eduardo Cunha; e a votação definitiva do impeachment de Dilma Rousseff; e o início efetivo de Rodrigo Maia (DEM-RJ) como presidente da Câmara. No século XVI, época das Grandes Navegações, era em agosto que as caravelas iam ao mar. Assim, as namoradas dos navegadores nunca casavam neste mês já que, além de não poder desfrutar da lua-de-mel, poderiam passar rapidamente da condição de recém-casadas para a de viúvas. Segundo o escritor Mário Souto Maior, a tradição se consagrou com a frase "casar em agosto traz desgosto", que foi resumida para nossa conhecida "agosto, mês do desgosto". Mas, a má fama de agosto não é exclusividade da cultura lusobrasileira. Os romanos, no século I, acreditavam que um dragão passeava pelo céu noturno em agosto (mês, aliás, batizado por eles em homenagem ao imperador Augusto). O monstro nada mais era do que a constelação de Leão, mais visível nessa época do ano. Mera coincidência? Desastres do século XX endossam a fama de agosto. Espia só - Início da I Guerra Mundial: 1º de agosto de 1914 - Ataque nuclear a Hiroshima: 6 de agosto de 1945. - Início da construção do Muro de Berlim: 13 de agosto de 1961 - Morte de Marilyn Monroe: 5 de agosto de 1962. Agosto está aí, às portas do caos político-econômico-social-pandêmico brasileiro. Quem tiver condição de ficar em casa... fique.

Frase: "Cadê o Queiroz que tava aqui? Achou!!!". Pura molecagem cearense.



FOTO DIVULGAÇÃO

Seis meses em casa. A deputada Aderlândia Noronha (SD) protocolou um projeto de indicação para assegurar às servidoras públicas estaduais gestantes ou adotantes o direito à licença-maternidade de 180 dias e aos servidores públicos estaduais, em caso de nascimento de filho ou no caso de pai adotante, o direito à licença-paternidade de 45 dias, sem prejuízo do cargo e da remuneração, enquanto perdurar a pandemia do novo coronavírus.

Medo O nomeado novo diretor geral do Dnocs está hoje não tomou posse. O homem não sai de casa, de quarentena, se pelando de medo do bicho.

Essa não cai O plenário do Senado aprovou o projeto que suspende, por quatro meses, os pagamentos das prestações de créditos consignados de aposentados e pensionistas.

Nas mãos dos deputados Também serão beneficiados os servidores e empregados públicos e do setor privado, ativos e inativos. A matéria segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Ar livre Os aviões da Gol não circularão entre Fortaleza e Juazeiro do Norte nos próximos meses, julho.

Mais informações de Macário Batista: e-mail: macariobatista@uol.com.br

macariobatista.blogspot.com

agosto, setembro estão fora de cogitação, diz informe da empresa.

Futebol Idolo aqui e alhures, campeão da Libertadores pelo Grêmio, o ex-atacante Jardel reprovou a volta do futebol no Brasil. Jardel questionou a falta de padrão na retomada da modalidade em meio à pandemia.

Se é pra tarifa... A partir de hoje (22), a Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce) iniciará a quinta audiência pública de 2020, agora referente ao saneamento básico, transporte rodoviário intermunicipal e gás canalizado.

Só nois! @fortalordinary. Ouvi dizer que só cearense entende esse diálogo: Vendedor - Vai pagar no cartão? Cliente - Não, é pé-bufo!

Senado Federal vota amanhã
Câmara do adiamento das eleições

A alteração na data do pleito tem que ser aprovada em dois turnos na Câmara e no Senado e deve adiar a votação para novembro ou dezembro

Está na pauta de votações do Senado Federal desta terça-feira (23) a proposta de emenda à Constituição (PEC) de adiamento das eleições municipais de 2020, conforme informou na semana passada o presidente da casa, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). A matéria, que tem que ser aprovada em dois turnos tanto pelo Senado quanto pela Câmara dos Deputados, tem estado no centro da discussão nos últimos dias, levando em conta as dificuldades impostas às campanhas e à própria realização do pleito pela pande-

Transito. A Câmara dos Deputados pode votar esta terça o projeto de autoria do Executivo federal que reformula o Código de Trânsito Brasileiro. O projeto aumenta a validade da CNH para 10 anos e vincula a suspensão do direito de dirigir por pontos à gravidade da infração.

mia do novo coronavírus. Além disso, hoje, às 14h, os senadores ouvirão representantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e outras instituições em sessão temática para discutir a PEC 18/2020, que adia o calendário eleitoral. A discussão funcionará como embasamento para quando o texto for submetido à votação em plenário, no dia seguinte. A perspectiva dos senadores é de que as eleições municipais de outubro devem ser

adiadas para novembro ou até dezembro, para contornar tanto quanto possível os efeitos da crise sanitária. "Na terça-feira pautaremos o substitutivo do senador Weverton Rocha (PDT-MA) para votação em primeiro e segundo turnos, para garantir, principalmente, os prazos já estabelecidos, segurança jurídica e o fortalecimento da democracia com as eleições ainda neste ano", escreveu Davi em suas redes sociais. Já na quarta-feira (24) será a vez de os senadores con-

cluírem a análise do novo marco legal do saneamento. Apresentado pelo governo, o PL 4.162/2019, que estabelece mecanismos para atrair investimentos privados básicos para o setor, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e depende agora da aprovação do Senado - o que, segundo Davi Alcolumbre, deve acontecer. O relator na Casa é senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A proposta, na visão de alguns dos parlamentares da casa, não deveria ser votada agora. É o que defende o líder do PSD, senador Otto Alencar (BA), que defende a votação do projeto em sessão presencial. "É necessário ela passar pelas comissões temáticas. Não vejo relação do projeto com a pandemia, mas com as doenças veiculadas pela água", disse. Já o líder do PT, o senador Rogério Carvalho (SE), considerou "precipitado" o exame do projeto. "Não vejo essa emergência, estamos falando de investimento, investimento que viria com a reforma da Previdência, e que não vejo, que viria com a reforma trabalhista, e que não vejo. Precisamos de uma discussão muito mais ampla", argumenta. Tasso Jereissati discorreu dos colegas e ressaltou que o projeto foi debatido em mais de 20 audiências públicas, em mais de três meses de discussão. "Não posso entender o argumento de que o projeto não tem nada a ver com a pandemia, quando a principal orientação de todos os médicos é 'lave as mãos'. Há gente que não tem água limpa na porta de casa para lavar as mãos, e a água que chega as suas casas ainda é contaminada pelo esgoto." (Com informações da Agência Câmara de Notícias)

Table with financial data for VENTOS DE SANTA JOANA VI ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. including BALANÇO PATRIMONIAL and DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.

Table with financial data for VENTOS DE SANTA JOANA VII ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. including BALANÇO PATRIMONIAL and DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.

Table with financial data for VENTOS DE SANTA JOANA VIII ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. including BALANÇO PATRIMONIAL and DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.

Table with financial data for VENTOS DE SANTA JOANA IX ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. including BALANÇO PATRIMONIAL and DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.

PL eleva impostos sobre cigarro por agravar covid

O projeto de lei 3421/20, que tramita na Câmara Federal, dobra os tributos incidentes sobre os cigarros tendo em vista as chances de agravamento de doenças pulmonares causadas pelo novo coronavírus em fumantes. A autora, Lariete (PL-ES), embasa a proposta com dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) alertando que fumar aumenta o risco de contrair infecções bacterianas e virais, incluindo a covid.

Hoje, a base de cálculo da contribuição mensal devida pelos fabricantes de cigarros para o financiamento da Seguridade Social é obtida multiplicando-se o preço de venda do produto no varejo por 291,69%. Já a contribuição mensal devida pelos fabricantes de cigarros para o PIS/Pasep é calculada sobre o preço fixado para venda do produto no varejo multiplicado por 3,42%. Pela proposta, esses percentuais passam a ser de 583,38% e 3,84%, respectivamente. (Com informações da Agência Câmara de Notícias)

MAIS CONTEÚDO ACESSO www.ostadoce.com.br